

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 03.475.839/0001-74  
Belo Horizonte - MG

Rosal Energia S.A.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Não houve indícios de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não-financeiros.

**e) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

**f) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

**g) Receita**

As receitas de suprimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**h) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

**i) Lucro por lote de mil ações**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2014	2013
Banco conta movimento	82	113
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	4.994	5.334
Overnight	842	1.361
	<u>5.918</u>	<u>6.808</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (75%).

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

**4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	2014	2013
Certificados de depósitos bancários	3.546	901
Letras Financeiras Bancos	8.952	3.544
Debêntures	1.573	1.018
Letras financeiras do Tesouro	1.340	226
Outros	204	146
	<u>15.615</u>	<u>5.835</u>
<b>Circulante</b>	<u>15.352</u>	<u>5.299</u>
<b>Não Circulante</b>	<u>263</u>	<u>536</u>

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com vencimento acima de 90 dias.

Os Títulos e Valores Mobiliários são indexados, via de regra, ao rendimento divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

**5. REVENDEDORES**

	2014	2013
Suprimento Moeda Nacional		
Empresa Eletr. Vale Paranapanema	1.369	1.310
CAIUA - Serv. Eletricidade SA	1.406	1.314
EMPRESA ELÉTRICA BRAGANTINA	761	769
Cia Nacional Energia Elétrica	923	874
	<u>4.459</u>	<u>4.267</u>

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos De Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração entender não haver riscos de perdas na realização destas contas a receber.

**6. DEPÓSITO VINCULADO A LITÍGIO**

	2014	2013
Trabalhistas	47	47

**7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS**

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
ICMS a recuperar	101	98
Outros	4	4
	<u>105</u>	<u>102</u>
<b>Não Circulante</b>		
PAES (*)	253	-
	<u>253</u>	<u>-</u>

(\*) Parcelamento especial de tributos federais (lei 10.684/2003) e opção pelo parcelamento do saldo remanescente do parcelamento REFIS IV Lei 11.941/2009. A Administração decidiu proceder ao parcelamento de tributos federais, de acordo com a Lei 10.684/2003. Estes tributos estão sendo devidamente quitados pela Companhia. O refinanciamento de tributos federais foi parcelado em 180 meses, com vencimento em junho de 2018. As parcelas são atualizadas pela variação da TJLP.

**8. IMOBILIZADO**

	2014				2013			
	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Imobilizado em Serviço</b>	-	<b>182.975</b>	<b>(60.723)</b>	<b>122.252</b>	-	<b>182.668</b>	<b>(56.339)</b>	<b>126.329</b>
Terrenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações	2,18	36.279	(10.868)	25.411	2,32	36.157	(10.122)	26.035
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1,95	85.852	(27.160)	58.692	2,08	85.852	(25.372)	60.480
Máquinas e Equipamentos	3,05	60.703	(22.577)	38.126	3,25	60.518	(20.732)	39.786
Veículos	13,38	89	(88)	1	14,45	89	(86)	3
Móveis Utensílios	5,78	52	(30)	22	6,39	52	(27)	25
<b>Imobilizado em Curso</b>	-	<b>80</b>	-	<b>80</b>	-	<b>307</b>	-	<b>307</b>
<b>Total</b>	-	<b>183.055</b>	<b>(60.723)</b>	<b>122.332</b>	-	<b>182.975</b>	<b>(56.339)</b>	<b>126.636</b>

A movimentação do Imobilizado é como segue:

	Saldo em 2013	Adições	Baixas e Alienações	Transferência	Depreciação	Saldo em 2014
Imobilizado em Serviço	126.329	-	-	307	(4.384)	122.252
Terrenos, Obras Cívicas, Benfeitorias e Edificações	26.035	-	-	122	(746)	25.411
Reservatórios, Barragens e Adutoras	60.480	-	-	-	(1.788)	58.692
Máquinas e Equipamentos	39.786	-	-	185	(1.845)	38.126
Veículos	3	-	-	-	(2)	1
Móveis Utensílios	25	-	-	-	(3)	22
Imobilizado em Curso	307	80	-	(307)	-	80
<b>Total</b>	<u>126.636</u>	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.384)</u>	<u>122.332</u>

A Companhia não identificou indícios de perda de valor recuperável de seus ativos imobilizados. O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 474/12. A taxa média de depreciação anual, no exercício de 2014, foi de 2,37% (2,53% em 2013).

De acordo com os arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

**9. INTANGÍVEL**

	2014			2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Servidão	299	-	299	299	-	299
<b>Total</b>	<u>299</u>	<u>-</u>	<u>299</u>	<u>299</u>	<u>-</u>	<u>299</u>

Os ativos intangíveis Servidões não são amortizáveis.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis.

**10. FORNECEDORES**

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
Cemig Geração e Transmissão S.A.		
Operação e Manutenção de Usina	379	855
Encargos de Uso de Energia Elétrica	110	187
Suprimento de Energia Elétrica	6.133	2.164
	<u>6.622</u>	<u>3.206</u>
<b>Não Circulante</b>		
Retenção Contratual	17	17
	<u>6.639</u>	<u>3.223</u>

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"). Vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

**11. PROVISÕES**

Em 31 de dezembro de 2014 há ações de natureza trabalhista, no montante de R\$11 (R\$8 em 2013), cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais seria necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, para processos de natureza tributária, ambiental e cível, totalizaram R\$164 (R\$81 em 2013).

São discutidos, dentre outros assuntos, contribuições previdenciárias sobre a participação nos lucros e resultados no período de 2007 e 2008 e suposto não atendimento de notificações ou intimações provenientes de órgão ou entidade ambiental em função da implantação de projeto ambiental.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

**12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

**a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher**

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	245	282
Contribuição Social	196	201
	<u>441</u>	<u>483</u>
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda diferido	87	79
Contribuição Social diferido	31	29
	<u>118</u>	<u>108</u>
<b>TOTAL</b>	<u>559</u>	<u>591</u>

**b) Impostos, Taxas e Contribuições**

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
ICMS	10	19
COFINS	134	128
PASEP	29	28
INSS	23	61
Outros	99	193
	<u>295</u>	<u>429</u>
<b>Não Circulante</b>		
PAES*	-	-
	<u>295</u>	<u>429</u>

\* Parcelamento especial de tributos federais (lei 10.684/2003) e opção pelo parcelamento do saldo remanescente do parcelamento REFIS IV Lei 11.941/2009.

A Administração decidiu proceder ao parcelamento de tributos federais, de acordo com a Lei 10.684/2003. Estes tributos estão sendo devidamente quitados pela Companhia. O refinanciamento de tributos federais foi parcelado em 180 meses, com vencimento em junho de 2018. As parcelas são atualizadas pela variação da TJLP.

**13. ENCARGOS REGULATÓRIOS**

	2014	2013
<b>Circulante</b>		
Compensação Financeira - Utilização de Recursos Hídricos	322	404
Reserva Global de Reversão - RGR	367	280
Taxa de Fiscalização da ANEEL	13	14
Pesquisa e Desenvolvimento	294	590
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	31	30
Pesquisa Expansão Sistema Energético	16	15
	<u>1.043</u>	<u>1.333</u>
<b>Não Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	-	32
Pesquisa e Desenvolvimento	-	183
	<u>-</u>	<u>215</u>
<b>TOTAL</b>	<u>1.043</u>	<u>1.548</u>

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital Social**

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R\$46.944 constituído por 46.944.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**Reservas de lucros**

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2014	2013
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	9.162	9.042
Reserva de Lucros (Dividendos adicionais propostos)	3.318	14.095
	<u>12.480</u>	<u>23.137</u>

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$120 de Reserva Legal em 2014, correspondente a 5,00% do lucro líquido apurado no exercício.

A Companhia registrou na conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2014, no valor de R\$3.318, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

**Reserva de ajustes de avaliação**

Avaliação dos ativos de geração, em atenção à interpretação Técnica ICPC 10.

**Dividendos**

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até 30 de abril de 2015, que ao lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$2.409 e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$2.134 referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- o valor de R\$120 correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal, com base no Estatuto Social e Lei das Sociedades por Ações;
- R\$1.105 referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e
- o valor de R\$3.318 seja distribuído aos acionistas inscritos no Livro de Registro de Ações em 31 de dezembro de 2015, a título de Dividendos.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2014	2013
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	2.409	17.537
(-) Reserva Legal	(120)	(877)
Realização do custo atribuído	2.134	2.134
Resultado do Exercício Ajustado	4.423	18.794
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25% do Resultado do Exercício Ajustado	1.105	4.699
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Mínimos Obrigatórios	1.105	4.699
Dividendos Adicionais Propostos	3.318	14.095
<b>Total dos dividendos propostos</b>	<u>4.423</u>	<u>18.794</u>
<b>Valor Líquido excedente aos Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<u>3.318</u>	<u>14.095</u>